

# Sociedade dos perdedores

ROBERTO GUERRA

Teatro Municipal do Rio de Janeiro, solenidade de formatura em medicina da Turma de 1972 da Faculdade de Ciências Médicas, noite de 12 de dezembro.

Desde o início notava-se um clima tenso.

Quando chegou a vez da oradora da turma, silêncio total; nada foi dito, uma vez que o discurso fora totalmente censurado, apenas agradecimentos aos pais e mestres; e revolta.

Quando foi declinado o último nome, a Turma, em uníssono, gritou o nome de um dos colegas assassinados pela repressão; foi a gota d'água: o diretor encerrou a solenidade abruptamente.

Policiais do Dops invadiram o recinto, as famílias não entendiam o que estava acontecendo.

Instaurou-se uma comissão de inquérito, e os formandos prestaram juramento no gabinete do diretor, um mês depois do fatídico episódio.

Dois médicos daquela turma vivem em Brasília: um continua atuante na assistência médica e é um dos melhores profissionais na sua especialidade. O outro enveredou pelo caminho da ação político-administrativa, reformando seus conceitos de saúde para os de qualidade de vida e atua exclusivamente no campo social.

Ambos se encontram freqüentemente e muitas vezes debatem sobre a questão da saúde, convergindo em alguns pontos e divergindo em outros.

Um dos pontos de convergência é o fato de que no DF ainda sobrevive o sistema público, ao contrário do que está acontecendo no resto do País; os cidadãos da Capital da República, independentemente de sexo, cor, credo ou situação sócio-económica, têm tratamento igualitário nos serviços públicos de saúde.

Quando nos deparamos com um movimento grevista, buscamos, num esforço hercúleo de suplantar o

sentimento corporativo, nos isentar da condição de médico para tentar analisar as suas consequências e isso só é possível se nos colocarmos na posição de cidadão, razão principal da existência dos serviços públicos.

O primeiro ponto que surge é o relativo aos salários: a maioria dos trabalhadores brasileiros, incluindo-se os médicos, está com seus salários aviltados.

As políticas econômicas implantadas no País nos últimos anos levaram a uma concentração de renda tão absurda que empobreceram quase toda a população.

Surge então uma questão fundamental, a dos direitos: onde terminam os direitos de uma classe?

Existem várias respostas, mas uma é clara: se essa classe está envolvida na prestação de serviços públicos, os seus direitos terminam onde começam os da sociedade.

O governo, legitimamente eleito pela sociedade, tem o dever de fazer prevalecer o direito da sociedade à saúde e a classe médica, através de sua representação, tem a obrigação, uma vez que são servidores públicos, de respeitar esse direito.

Tudo pode ser admitido, dentro das regras democráticas, no processo de relações trabalhistas, mas o direito da sociedade é sagrado, intocável e, sendo comum a todos, é prevalente sobre o de qualquer segmento.

Não pode ser diferente, pois, caso contrário, perde o governo a sua legitimidade a classe médica, a sua dignidade e a sociedade, a sua cidadania.

O juramento de Hipócrates, retardado na turma de 1972 do Rio de Janeiro, não pode ser esquecido no Distrito Federal, neste fim de milênio.

■ Roberto Guerra é secretário-adjunto do Trabalho do DF